O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



# BOLETIM DE CONJUNTURA

## BOCA

Ano VII | Volume 23 | Nº 68 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.16915519

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

# RACISMO NO ENSINO SUPERIOR: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES NEGROS

*Sibele da Rocha Ulguim*[1]

*Julia Severo dos Santos*[2]

*Camila Daiane Silva*[3]

*Marina Soares Mota*[4]

**Resumo**

O estudo teve como objetivo identificar as representações sociais de universitários(as) negros(as) sobre o racismo no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa, fundamentada na Teoria das Representações Sociais, com abordagem estrutural. Participaram 52 estudantes autodeclarados(as) negros(as) dos cursos de graduação e pós-graduação em Enfermagem de uma Universidade Federal localizada no estado do Rio Grande do Sul. Os dados primários foram coletados por meio de um questionário estruturado e da técnica de evocações livres a partir do termo indutor "racismo no ensino superior", registradas com o uso da plataforma OpenEvoc. A coleta foi viabilizada por meio da leitura de QR Code divulgado em mídias sociais, cartazes e visitas em salas de aula. A análise envolveu a padronização das evocações, elaboração de um dicionário de termos e construção do quadro de quatro casas no OpenEvoc, considerando frequência e ordem média de evocação. O corpus da pesquisa resultou em 253 palavras, sendo o núcleo central composto por: preconceito, inaceitável, discriminação, desigualdade e medo. A primeira periferia apresentou os termos: assédio, tristeza, velado, crime, solidão e exclusão. A zona de contraste incluiu: vergonha, sofrimento, evasão e cotas; enquanto a segunda periferia destacou a palavra luta. Conclui-se que as representações revelam que o racismo é percebido como frequente, gerando sentimentos de medo, tristeza e solidão, com impacto direto na permanência acadêmica. Apesar das ações afirmativas, persistem barreiras significativas à permanência de estudantes negros(as) no ensino superior, associadas à discriminação, ao preconceito e ao assédio velado. Recomenda-se a ampliação de políticas institucionais de combate ao racismo e o fortalecimento de ações de acolhimento, permanência e representatividade no ambiente acadêmico.

**Palavras-chave**: Enfermagem; Ensino Superior; Racismo; Representações Sociais.



**Abstract**

The study aimed to identify the social representations of Black university students regarding racism in higher education. This is a descriptive, exploratory, and qualitative research, grounded in the Theory of Social Representations, with a structural approach. Participants were 52 self-declared Black students from undergraduate and graduate Nursing programs at a federal university located in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. Primary data were collected through a structured questionnaire and the technique of free word associations, using the inductive term "racism in higher education", recorded with the support of the OpenEvoc software. Data collection was facilitated through a QR Code made available on social media, posters, and classroom visits. The analysis involved the standardization of the evoked words, the development of a term dictionary, and the construction of the four-quadrant chart in OpenEvoc, considering frequency and mean order of evocation. The corpus of the study consisted of 253 words, with the central core comprising: prejudice, unacceptable, discrimination, inequality, and fear. The first periphery included: harassment, sadness, veiled, crime, loneliness, and exclusion. The contrast zone presented: shame, suffering, dropout, and quotas; while the second periphery highlighted the word struggle. It is concluded that the representations reveal racism as perceived to be frequent, generating feelings of fear, sadness, and loneliness, with a direct impact on academic persistence. Despite affirmative actions, significant barriers to the permanence of Black students in higher education remain, associated with discrimination, prejudice, and covert harassment. The study recommends the expansion of institutional policies to combat racism, along with the strengthening of initiatives aimed at support, retention, and representation in the academic environment.

**Keywords**: Higher Education; Nursing; Racism; Social Representation.

[1] Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: sibeled13@gmail.com

[2] Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: juliasevero98@gmail.com

[3] Professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em Enfermagem. E-mail: camilad.silva@yahoo.com.br

[4] Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em Enfermagem. E-mail: msm.mari.gro@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga as representações sociais de universitários(as) negros(as) sobre o racismo no ensino superior, tema que adquire centralidade diante dos desafios enfrentados por essa população na trajetória acadêmica. Apesar dos avanços conquistados por meio das ações afirmativas, a permanência de estudantes negros(as) ainda é ameaçada por barreiras estruturais que se manifestam sob a forma de discriminação, preconceito e assédio velado.

A temática revela-se especialmente pertinente quando observada no contexto da educação superior, onde torna-se relevante considerar como o ambiente universitário pode influenciar a construção da identidade e do pertencimento dos(as) estudantes negros(as). Mais do que garantir o acesso, é fundamental compreender como as relações sociais, os currículos, os discursos institucionais e as práticas cotidianas reforçam ou contestam a lógica racializada presente nas universidades. As pressões para corresponder às expectativas acadêmicas, aliadas à constante necessidade de legitimar sua presença nesses espaços, afetam não apenas o desempenho acadêmico, mas também a saúde mental e o senso de valorização desses(as) estudantes.



Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo investigar as representações sociais de estudantes negros(as) universitários(as) sobre o racismo no ensino superior. Considerando que o preconceito, a discriminação e o racismo se manifestam de formas sutis e estruturais no ambiente acadêmico afetando não apenas o acesso, mas principalmente a permanência desses estudantes, busca-se compreender como tais experiências moldam suas percepções, identidades e trajetórias acadêmicas. Acredita-se que conhecer essas representações sociais é essencial para promover mudanças no cotidiano das relações de ensino, contribuindo para práticas pedagógicas mais inclusivas e antirracistas nas instituições de nível superior.

A pesquisa foi conduzida com 52 estudantes autodeclarados negros (as) de graduação e pós-graduação em enfermagem no estado do Rio Grande do Sul. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário com itens abertos e de múltipla escolha, composto por duas partes. A primeira abordou 6 questões destinadas à identificação do perfil sociodemográfico dos estudantes. A segunda parte foi constituída pelas evocações livres das pessoas que se autodeclaram como negro (a) frente ao termo indutor “racismo no ensino superior”. A análise dos dados ocorreu pelo software open Evoc versão 0.95, online e gratuito. Tal programa foi criado para coleta, análise e processamento de dados pela perspectiva da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Moscovici (MOSCOVICI 1978).

Este texto está organizado em quatro seções principais. A próxima seção apresenta o referencial teórico que embasa a investigação, seguido da descrição dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na sequência, são discutidos os resultados obtidos à luz da literatura analisada. Por fim, são expostas as considerações finais, ressaltando as contribuições do estudo e propondo direções para futuras investigações.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do racismo no ensino superior demanda uma articulação entre seus níveis estrutural, institucional e interpessoal. Conceitualmente, o racismo estrutural está atrelado ao conjunto de práticas, normas e políticas institucionalizadas que reproduzem desigualdades raciais, enquanto o racismo institucional se manifesta nas práticas discriminatórias dos organismos educacionais, afetando desde o acesso e ingresso, até as políticas internas. No nível interpessoal, o conceito de microagressão é representado por comentários ou ações cotidianas, muitas vezes não intencionais, mas carregados de viés racial (CASTILLO *et al*., 2025). Além disso, existem barreiras acadêmicas, discriminação velada e falta de representatividade, inclusive a nível docente. A escassez de professores e pesquisadores pertencentes a minorias étnico-raciais reforça estereótipos e limita a diversidade de perspectivas nos currículos. Sem políticas antirracistas ativas, essas dinâmicas perpetuam um ciclo de exclusão, onde estudantes marginalizados têm menos oportunidades de networking, mentoria e desenvolvimento profissional (OECD, 2023).



As evidências dos últimos anos têm demonstrado que as microagressões ainda permanecem subnotificadas por estudantes não negros, o que impõe desafios metodológicos ao confiar exclusivamente em autorrelato (MIDGETTE; MULVEY 2024). Por outro lado, o conceito de racial battle fatigue evidencia que estudantes negros frequentemente vivenciam uma sobrecarga psicológica relacionada ao enfrentamento contínuo de discriminação, comprometendo não apenas seu bem-estar emocional, mas suas trajetórias acadêmicas (WILSON *et al*., 2025).

O racismo no ensino superior é um desafio estrutural que limita o acesso e a permanência de estudantes de grupos racialmente marginalizados. O relatório da OECD (2023) aponta que desigualdades históricas, vieses inconscientes e barreiras institucionais dificultam a inclusão equitativa, ainda que hajam políticas de ação afirmativa em alguns países, estudantes negros, indígenas e de outras minorias enfrentam taxas mais baixas de matrícula, evasão elevada e menor representatividade em diversos cursos. Essas disparidades refletem não apenas exclusão social, mas também a falta de adaptação das instituições a realidades multiculturais (OECD, 2023). Medir o racismo no contexto universitário exige instrumentos

validados, sensíveis às dimensões experiencial e institucional do fenômeno. Estudos recentes têm se dedicado ao mapeamento de escalas de avaliação, ressaltando lacunas metodológicas como validade de constructo, confiabilidade de subgrupos étnicos e invariância longitudinal (CASTILLO *et al*., 2025). Entre os instrumentos amplamente utilizados, destacam-se o NACCC (National Assessment of Collegiate Campus Climate), com domínios que contemplam pertencimento, percepção de justiça e presença de microagressões. Esses instrumentos fornecem bases comparáveis para monitoramento e intervenção institucional, mas também evidenciam a necessidade de adaptação cultural e validação em diferentes contextos nacionais ou regionais (NACCC, 2025).

Um estudo do NACCC conduzido no Texas mostrou dados alarmantes, uma proporção significativamente maior de estudantes racializados relata declínios no desempenho acadêmico e no bem-estar emocional devido ao clima racial de seus campi, em comparação com estudantes brancos. Essas diferenças, estatisticamente significativas ($p<0,001$), evidenciam os efeitos prejudiciais de ambientes acadêmicos racialmente hostis. Entre os grupos mais afetados, destacam-se estudantes do Oriente Médio (17,6%) e árabes ou árabe-americanos (16,1%), que apresentam as maiores taxas de queda no rendimento acadêmico. No que compete ao bem-estar psicológico, estudantes do Oriente Médio (29,4%) e indígenas e/ou nativos do Alasca (29,4%) relatam os índices mais elevados de deterioração emocional. Ainda, cerca de 36,8% dos entrevistados manifestam sentimento de frustração e raiva decorrentes do clima racial, com proporções particularmente alarmantes entre estudantes indígenas (57,1%) e árabe-americanos (51,6%). A sensação de isolamento e não pertencimento também é mais prevalente entre estudantes não brancos (29,8%) do que entre seus pares brancos (15,8%), atingindo níveis críticos entre estudantes do Oriente Médio (35,3%) e bi/multirraciais (34,7%). Esses resultados ressaltam a urgência de intervenções institucionais voltadas à promoção de ambientes acadêmicos inclusivos e ao combate ao racismo estrutural (JOHNSON *et al*., 2024).



Neste ínterim formuladores de políticas e administradores universitários vêm sendo estimulados a reconhecer o racismo como um determinante social da saúde mental no ambiente acadêmico, ampliando o escopo das políticas de promoção do bem-estar (LUU; ABRAHAM, 2024). As ações afirmativas buscam promover igualdade de oportunidades no ensino superior para grupos marginalizados, combatendo discriminação histórica e sistêmica por meio de políticas de inclusão, como cotas e recrutamento direcionado. Seus defensores destacam ganhos em diversidade, equidade social e desempenho educacional. Pesquisas mostram impactos positivos, como maior acesso ao ensino superior e melhoria em indicadores educacionais, mas lacunas como a falta de enfoque em pessoas com deficiência ou superdotadas, ainda persistem. Embora essenciais para a representatividade, seu futuro permanece incerto diante de debates sobre eficácia e alternativas (TESHOME, 2024).

Um estudo que buscou examinar o papel da linguagem nas experiências raciais de estudantes chineses no Reino Unido, revelando como ideologias como a supremacia do inglês branco, conotadas em microagressões cotidianas, reforçam estruturas de exclusão, afetando o desempenho acadêmico e a saúde mental desses estudantes. Tais dinâmicas não são isoladas, mas sistêmicas, que estão enraizadas em estruturas institucionais que perpetuam hierarquias linguísticas e raciais. Embora a maioria das intervenções institucionais priorize medidas administrativas, pesquisas recentes destacam o potencial transformador de iniciativas pedagógicas e culturais. Projetos como comunidades de aprendizagem, originalmente desenvolvidos em contextos europeus, têm se mostrado eficazes na promoção de pertencimento entre estudantes racializados, ao criar espaços seguros para diálogos sobre identidade e discriminação. Essas estratégias, quando acompanhadas de suporte institucional e avaliação participativa, não apenas mitigam a discriminação, mas também fortalecem redes de solidariedade e melhoram indicadores de retenção e bem-estar, oferecendo um contraponto crítico às estruturas de opressão linguística e racial. Assim, embora a supremacia do inglês branco continue a moldar ambientes hostis, intervenções relacionais e epistemologicamente diversificadas, emergem como caminhos promissores para desestabilizar tais normatividades (GAO, 2025).



Estudos revelam que discentes de medicina vítimas de discriminação racial, seja ocasional ou sistemática, avaliam de forma mais negativa o suporte institucional ao seu crescimento pessoal e profissional quando comparados a alunos brancos sem históricos de preconceito. Essa tendência se manifesta tanto em grupos minoritários (negros, asiáticos e multirraciais) quanto entre próprios estudantes brancos que experienciaram situações discriminatórias, com efeitos particularmente severos nos casos de exposição contínua ao racismo. Os achados sugerem que a vivência do preconceito, especialmente quando recorrente, compromete profundamente a relação do estudante com sua instituição de ensino, afetando seu desenvolvimento acadêmico e identitário. Tais evidências destacam como episódios discriminatórios, isolados ou repetidos, minam a percepção de acolhimento e oportunidades nas escolas médicas, com impactos mais intensos sobre populações racialmente marginalizadas (VENKATARAMAN *et al*., 2024).

Um estudo com o objetivo de explorar as experiências de discriminação e como estas afetam a saúde mental dos estudantes, no qual um total de 308 estudantes de uma universidade dos Estados Unidos participaram, permitindo uma análise significativa sobre o impacto das desigualdades raciais no cotidiano acadêmico. Durante a graduação, os alunos enfrentam múltiplos estressores que repercutem diretamente na saúde mental, incluindo privações de sono, dificuldades financeiras, carga acadêmica elevada e hábitos de saúde precários. O estudo evidenciou que, para os estudantes negros, essas pressões são agravadas pela experiência cotidiana da discriminação, que se manifesta de forma explícita e implícita no espaço universitário. O ambiente acadêmico, já naturalmente competitivo e exigente, se torna ainda mais hostil

diante da necessidade de adaptação cultural e linguística, tanto para estudantes internacionais quanto para nacionais. Casos de intolerância racial e xenofobia foram relatados com frequência, especialmente em relação ao sotaque estrangeiro e às dificuldades com o inglês, o que reforça estigmas e marginalizações persistentes. Essas situações resultaram em sentimentos negativos recorrentes, tais como isolamento, culpa e impotência, além de impactarem na disposição dos estudantes em buscar apoio ou denunciar as práticas discriminatórias. A pesquisa concluiu que a interseção entre racismo estrutural e as demandas acadêmicas gera um quadro de vulnerabilidade psicológica, que compromete não apenas o bem-estar dos estudantes, mas também sua permanência e desempenho no ensino superior (MAHONEY *et al*., 2022).

Outro estudo que, por sua vez, aborda a representação social no âmbito do ensino superior, examinou o perfil de 27 palestrantes de seis eventos acadêmicos realizados em 2020, com o objetivo de verificar de que maneira o conceito de branquitude pode contribuir para compreender a realidade das relações e interações acadêmicas em termos ético-raciais. A escolha dos participantes se deu por meio da heteroidentificação, dispositivo legal que, através da avaliação de traços fenotípicos, legitima o acesso às cotas reservadas a pessoas negras. A análise revelou o preterimento persistente das mulheres negras em espaços de representação acadêmica, reiterando a lógica de exclusão estrutural que associa visibilidade e prestígio a figuras brancas, em especial às mulheres brancas. Embora algumas universidades demonstrem esforços em equilibrar a participação entre homens e mulheres, a cristalização da representação social preconceituosa permaneceu evidente, reforçando a imagem das mulheres brancas como intelectualmente superiores às mulheres negras. Ademais, observou-se a recorrência da presença de pessoas negras apenas em debates voltados às questões raciais, enquanto sua ausência em temáticas mais amplas da academia permaneceu marcante. Da mesma forma, registrou-se a falta de participação de pessoas brancas em discussões sobre racismo, o que perpetua a ideia de que tais debates dizem respeito apenas às minorias racializadas. Nesse contexto, a presença massiva de pessoas brancas em mesas de representação, vocalidade e visibilidade foi inquestionável, sustentando a superexposição de sujeitos de pele clara como porta-vozes acadêmicos. Embora essa visibilidade seja apresentada como mecanismo de inclusão, ela se deu de forma limitada, circunscrita às fronteiras temáticas da raça, sem efetiva redistribuição de poder ou reconhecimento epistêmico das vozes negras (MELLO; RIBEIRO, 2022).



Portanto, o racismo no ensino superior se revela como um fenômeno complexo e multifacetado, que opera em diferentes níveis da vida acadêmica. As evidências demonstram que práticas institucionais, dinâmicas interpessoais e barreiras invisíveis perpetuam desigualdades, afetando profundamente a trajetória de estudantes racializados. Os impactos são mensuráveis, desde quedas no desempenho acadêmico e deterioração da saúde mental até a sensação crônica de não pertencimento. Esse quadro é agravado por estruturas linguísticas excludentes e pela sub-representação persistente de minorias nos

espaços de poder e visibilidade acadêmica. Contudo, os estudos apontam possíveis caminhos de transformação. Iniciativas pedagógicas inovadoras, políticas institucionais comprometidas com a equidade e o reconhecimento de saberes diversos surgem como estratégias eficazes para desconstruir mecanismos de exclusão. A criação de espaços seguros para diálogo, o combate às microagressões e a promoção ativa da diversidade nos currículos e na composição docente se mostram particularmente promissores. O desafio que se coloca é justamente transformar essas experiências bem-sucedidas em políticas permanentes. A superação do racismo no ambiente universitário exige mais do que medidas pontuais, pois demanda um compromisso institucional contínuo com a desconstrução de privilégios e a valorização efetiva da diferença. Somente através de ações estruturais e da coragem para enfrentar normas arraigadas será possível construir universidades verdadeiramente inclusivas, onde a excelência acadêmica ande de mãos dadas com a justiça social.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e transversal (MENEZES *et al.*, 2022), de natureza qualitativa, desenvolvido no Campus Saúde de uma universidade no sul do Brasil, a qual abriga os cursos de Enfermagem, Medicina e programas de pós-graduação. O curso de Enfermagem é ofertado em período integral, com duração de cinco anos, e dispõe de uma estrutura acadêmica que inclui espaços dedicados a pesquisas. A pós-graduação é voltada para enfermeiros e outros profissionais da saúde, com foco na formação de mestres e doutores capazes de contribuir para a solução de desafios regionais na área da saúde. A universidade também possui uma Coordenação de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades, responsável por promover políticas de equidade e inclusão para estudantes em situação de vulnerabilidade, assegurando seu acesso e permanência no ambiente acadêmico.



A estratégia de recrutamento dos estudantes deu-se de forma híbrida: foi elaborado um QR Code, amplamente divulgado em mídias sociais e grupos de WhatsApp, além de sua fixação em cartazes nas dependências do campus e em salas de aula, mediante autorização prévia dos docentes responsáveis. Ao acessar o QR Code, o participante era direcionado à plataforma OpenEvoc, onde inicialmente lia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo informações sobre a pesquisa e seus objetivos. Após o consentimento, o participante era redirecionado para responder ao questionário sociodemográfico e, em seguida, realizava as evocações solicitadas.

Os participantes foram 52 estudantes autodeclarados negros(as) matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação em Enfermagem. A pesquisa buscou envolver um grupo representativo desses discentes, considerando a importância de discutir questões étnico-raciais no contexto da formação em

saúde. Foram excluídos os discentes em situação de trancamento de matrícula ou afastamento por outros motivos acadêmicos. A coleta de dados ocorreu entre 31 de março e 26 de maio de 2023, utilizando a técnica de evocações livres, em que os participantes foram convidados a registrar as cinco primeiras palavras e/ou expressões que lhes viessem à mente frente ao termo indutor "racismo no ensino superior". Esse número máximo de cinco evocações foi previamente definido, considerando que respostas além desse limite tendem a perder a espontaneidade e a velocidade característica da técnica, comprometendo a autenticidade dos conteúdos evocados, as evocações livres revelam significados mais profundos, permitindo acessar elementos implícitos que muitas vezes ficam ocultos no discurso direto. A realização da pesquisa contou com o referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2007) e da Abordagem Estrutural conhecida como Teoria do Núcleo Central (ABRIC, 1993).

A análise dos dados foi realizada por meio do software OpenEvoc versão 0.95, ferramenta online e gratuita, criada especificamente para coleta, processamento e análise de evocações. Assim, foi possível organizar e interpretar as evocações a partir da frequência de ocorrência e da ordem média em que foram lembradas pelos participantes. Essa ferramenta gera o quadro de quatro casas, cuja lógica interpretativa é sustentada pela Teoria das Representações Sociais (TRS), especialmente no que se refere à identificação do núcleo central e dos sistemas periféricos de uma representação. As palavras evocadas com maior frequência e em posições iniciais são interpretadas como pertencentes ao núcleo central, que confere estabilidade, coerência e sentido coletivo à representação. Já os elementos situados nos sistemas periféricos, de menor frequência ou evocação tardia, revelam maior flexibilidade e capacidade de adaptação às experiências individuais (SABADINI; MARTINS-SILVA, 2022). Dessa forma, o OpenEvoc permite apreender a estrutura representacional do objeto investigado, possibilitando compreender como os significados atribuídos pelos participantes se articulam em torno de elementos centrais e periféricos, expressando tanto consensos sociais quanto singularidades. De acordo com Moscovici (2007), as representações sociais se configuram como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, que orientam práticas e condutas cotidianas, permitindo compreender como determinados grupos significam e naturalizam fenômenos complexos, como o racismo. Nesse sentido, a técnica das evocações livres possibilita captar elementos centrais e periféricos das representações, revelando conteúdos simbólicos tanto de caráter consensual quanto individual.

Na plataforma OpenEvoc, cada evocação é inicialmente visualizada de forma bruta, sendo posteriormente padronizada e organizada em um dicionário de termos. Em seguida, o software gera uma tabela de frequências e ordens médias de evocação (Rangmot), que, por sua vez, permite a construção do quadro de quatro casas. Nesse quadro, as palavras são distribuídas conforme dois critérios: (i) a frequência de evocação, indicando sua importância coletiva, e (ii) a ordem média de evocação, que reflete a saliência

cognitiva de cada termo. Assim, palavras evocadas com alta frequência e em posição inicial pelos participantes são situadas no quadrante superior esquerdo, compondo o provável núcleo central da representação, enquanto aquelas de menor frequência ou evocadas em posições mais tardias tendem a ocupar os sistemas periféricos.

Esse procedimento, fundamentado na TRS e segundo Moscovici (2007), contribui para a apreensão da estrutura representacional do racismo no ensino superior, revelando não apenas a força simbólica de certos elementos na memória coletiva, mas também sua função de sustentação, adaptação ou questionamento das práticas sociais e acadêmicas. Ressalta-se que foram seguidos todos os princípios éticos de pesquisas conduzidas com seres humanos, determinados pela Resolução nº 510 de Sete de Abril de 2016. Este projeto possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente, sob número CAAE 55358522.3.0000.5324.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos na pesquisa revelam que participaram do estudo 52 estudantes, sendo 41 de cursos de graduação e 11 de pós-graduação. Em relação ao sexo biológico, a maioria (86,54%) se declarou do sexo feminino. Quanto à naturalidade, 63,46% eram oriundos da cidade de Rio Grande e 36,54% de outros municípios. Observou-se que 61,54% dos participantes não possuíam renda própria e 65,38% não recebiam bolsas institucionais de iniciação científica, extensão, monitoria ou agências de fomento (CAPES, CNPq, FAPERGS). Apenas 32,69% relataram contar com algum tipo de auxílio estudantil da universidade, como alimentação, transporte ou moradia.



O corpus formado pelas evocações das pessoas que se autodeclaram como negro (a) frente ao termo indutor “racismo no ensino superior” totalizou 253 palavras, sendo 75 diferentes. Em uma escala de um a cinco, a média da Ordem Média de Evocação (OME ou RANG) foi 2.8, a frequência mínima 1.2. A análise desse conjunto de dados resultou no quadro de quatro casas.

O núcleo central é formado pelos elementos do primeiro quadrante superior esquerdo, ou seja, aqueles de maior frequência e prontamente evocados, caracterizando-se por sua maior estabilidade e resistência às mudanças do contexto social (SABADINI; MARTINS-SILVA, 2022). Neste estudo, o NC incluiu os termos preconceito, inaceitável, discriminação, desigualdade e medo. O termo preconceito se destacou por ser o mais frequente e rapidamente lembrado, refletindo possivelmente a materialização cotidiana do racismo vivenciado pelos participantes. Além dele, discriminação e desigualdade também foram representadas como componentes centrais do racismo. Apesar de os universitários perceberem o racismo como inaceitável, o segundo elemento mais frequente, o termo medo apareceu como o segundo

mais rapidamente evocado, evidenciando o sentimento de apreensão frente às situações racistas. Na padronização dos termos, surgiram palavras como segregação, seletividade, rejeição, lamentável e repugnante, entre outras, reforçando as representações negativas associadas ao racismo.

**Tabela 1 – Disposição de quatro casas formadas pela evocação das pessoas que se autodeclararam como negros (as) frente ao termo indutor "Racismo no ensino superior"**

| NC | | | 1ª Periferia | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Frequência >= 2 Rang<2,8 | | | Frequência >= 2 Rang<2,8 | | |
| | | FreqRang | | | FreqRang |
| Preconceito | 7,51% | 2,11 | Assédio | 7,91% | 3,25 |
| Inaceitável | 7,11% | 2,44 | Tristeza | 7,11% | 3,56 |
| Discriminação | 6,72% | 2,65 | Velado | 5,53% | 2,93 |
| Desigualdade | 3,95% | 2,4 | Crime | 3,16% | 3,75 |
| Medo | 2,37% | 2,33 | Solidão | 2,77% | 3 |
| | | | Exclusão | 2,77% | 3,14 |
| **Contraste** | | | **2ª Periferia** | | |
| Frequência >= 2 Rang<2,8 | | | Frequência >= 2 Rang<2,8 | | |
| | | FreqRang | | | FreqRang |
| Vergonha | 1,98% | 2,6 | Luta | 1,98% | 3,6 |
| Sofrimento | 1,58% | 2,25 | | | |
| Evasão | 1,58% | 2,25 | | | |
| Cotas | 1,58% | 2,5 | | | |

Fonte: Elaboração própria.



Ao investigar as microagressões raciais nas instituições de ensino superior, Lopes e Silva (2023) destacam que essas práticas, embora sutis, constituem uma forma de violência estrutural que reforça a marginalização das pessoas negras no meio acadêmico. Muitas vezes invisíveis ou subestimadas pela comunidade universitária, tais microagressões afetam de maneira significativa o desenvolvimento acadêmico e psicológico dos estudantes negros, dificultando sua adaptação e comprometendo seu êxito. De forma semelhante, estudos internacionais, como o Stoll (2025), evidenciam que estudantes negros enfrentam microagressões e discriminação estrutural que geram sentimentos de medo, frustração e desesperança, prejudicando seu bem-estar emocional e desempenho acadêmico.

O termo preconceito, por ser o mais frequente e prontamente lembrado, evidencia a presença cotidiana de atitudes negativas direcionadas a estudantes com base em sua raça, refletindo a materialização prática do racismo. Os termos discriminação e desigualdade, também centrais, reforçam a percepção dos participantes de que o racismo não se limita a atos isolados, mas se configura como um fenômeno estruturado, capaz de gerar tratamento desigual no ambiente universitário. Embora o racismo seja reconhecido como inaceitável, ele se associa frequentemente ao medo, revelando a tensão entre a consciência crítica dos estudantes e sua experiência emocional diante de eventos racistas. Esse medo evidencia o impacto psicológico resultante de situações de exclusão ou marginalização no contexto acadêmico.

Pesquisas recentes corroboram essas evidências, ao demonstrar que as participantes do estudo sofreram intensamente e frequentemente as consequências do racismo em suas diferentes manifestações, resultando em impactos expressivos em sua saúde mental. Ademais, a presença de termos como segregação, seletividade, rejeição, lamentável e repugnante na padronização das respostas reforça as conotações negativas e o sofrimento associado ao racismo, demonstrando que a vivência racial no ensino superior envolve não apenas barreiras objetivas, mas também sentimentos de vulnerabilidade e hostilidade (ÁVILA *et al*., 2024).

O preconceito consiste em um conjunto de atitudes e comportamentos que atribuem características negativas a indivíduos com base no seu pertencimento a um determinado grupo social, frequentemente fundamentados em estereótipos e generalizações. Embora não sejam sinônimos, preconceito e racismo estão intimamente relacionados, já que o primeiro pode reforçar e sustentar estruturas racistas. O racismo, por sua vez, transcende as atitudes individuais, configurando-se como um sistema institucionalizado de discriminação capaz de perpetuar desigualdades entre grupos raciais. Dessa forma, práticas preconceituosas, mesmo que não intencionalmente racistas, contribuem para a manutenção do racismo estrutural na sociedade brasileira (CAMPOS, 2024).



No Brasil, a desigualdade social se manifesta como um fenômeno persistente, profundamente influenciado pela intersecção entre classe, raça e gênero. Essas condições contribuem para a manutenção do preconceito racial, reforçando a falsa ideia de que negros e brancos vivem em condições de igualdade, o que contrasta com a realidade enfrentada ao longo da vida pela população negra. Nesse contexto, embora a universidade possa representar um espaço de acesso e de ocupação de posições e cargos de prestígio para estudantes negros, muitos relatam não se sentirem pertencentes ao ambiente acadêmico, especialmente diante de situações de discriminação (CAROLINO; FERREIRA; TEODÓSIO, 2023).

A primeira periferia é localizada no quadrante superior direito e se caracteriza por reforçar o núcleo central. É composta por elementos que possuem elevada frequência de evocação. Esse quadrante é um retrato do sentimento dos estudantes frente às adversidades durante o ensino superior (VIEIRA; VIEIRA 2025). As palavras evocadas foram assédio, tristeza, velado, crime, solidão e exclusão. Destaca-se que assédio foi a mais frequente, seguida de tristeza, já o termo velado foi o mais rapidamente lembrado. Nesse quadrante, reforçando a materialização do racismo constante no núcleo central, os participantes evocaram o assédio e exclusão. Embora reconheçam que o racismo é um crime, ainda é velado no ensino superior, gerando os sentimentos de tristeza e solidão. Cabe destacar, que na padronização dos termos, identificou-se neste quadrante elementos como abuso, agressão, bullying, constrangedor, humilhação, menosprezo, nojo, violência, subestimar e negrinha. Tais expressões e atitudes configuram condutas

abusivas que, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), podem ser caracterizadas como assédio quando comprometem a dignidade física ou psíquica de uma pessoa (BRASIL, 2023).

Nesse contexto, os relatos de estudantes negras evidenciam vivências recorrentes de discriminação racial nas instituições de ensino superior, revelando a persistência de práticas racistas disfarçadas de comportamentos cotidianos. Essas experiências vão desde "piadas" sobre características físicas, como os cabelos crespos, até orientações discriminatórias de docentes, como o pedido para que alunas prendam o cabelo sob a justificativa estigmatizante de evitar "piolhos". Ofensas como "negrinha do cabelo duro" e o uso reiterado do termo "negrinha" como forma de insulto reforçam um padrão de inferiorização. Embora o racismo seja tipificado e punido pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, essas manifestações tornaram-se mais sutis, o que dificulta sua identificação e a produção de provas com validade jurídica. Como consequência, muitas pessoas negras optam pelo silêncio e exclusão dentro do ambiente acadêmico, pois temem retaliações, o que contribui para a naturalização e perpetuação das desigualdades raciais no ambiente acadêmico (PIRES; OLIVEIRA; SOUSA, 2024).

O sentimento de silenciamento frente a situações de racismo se torna evidente quando os estudantes se sentem em condições desiguais durante a permanência na universidade, em que se é subjugada a sua capacidade e direitos conquistados. Bem como reforça a pressão pela excelência e ter que esforçar-se para ser reconhecido e estar ocupando aquele espaço acadêmico que lhe é de direito. Nesse sentido, também é importante destacar que há poucos estudantes negros (as) nas universidades do Brasil, ou seja, historicamente as universidades se consolidam como espaço inclusivo, porém, há a discrepância entre estudantes negros e brancos (CAROLINO; FERREIRA; TEODÓSIO, 2023).



A partir da análise da primeira periferia, observa-se que o ambiente universitário frequentemente se mostra pouco acolhedor, gerando sentimentos de tristeza e solidão entre os estudantes. Assim, além de constituir um espaço potencialmente segregador, esse contexto pode impactar negativamente a saúde mental dos universitários. Estudos realizados nos Estados Unidos indicam que estudantes negros apresentam sintomas de +depressão e níveis moderados de angústia psicológica, havendo ainda uma correlação significativa entre a percepção de estresse relacionada a microagressões raciais de gênero e o agravamento dos sintomas depressivos (EZEMENAKA; BURTON; NEWMAN, 2025).

A zona de contraste se localiza no quadrante inferior esquerdo. Constitui-se de palavras que são pouco evocadas, com uma frequência menor que a média, porém, se encontram nas primeiras posições de evocação, com elementos que podem refletir as variações da representação. A palavra vergonha, sofrimento, evasão e cotas constituíram os elementos de contraste e reforçam os termos evocados no núcleo central como "medo". O termo vergonha foi o mais frequente e todos os demais ficaram empatados em segundo lugar, com a mesma frequência. Por outro lado, os termos sofrimento e evasão ficaram

empatados como os mais rapidamente evocados. Assim, acredita-se que o racismo no ensino superior gera vergonha e sofrimento nos participantes, além de ser motivador da evasão universitária.

É evidente que os participantes associaram o termo "cotas" ao racismo no ensino superior, compreendendo-o como uma ação sócio-histórica reparatória. Na década de 1990, movimentos sociais se uniram para pressionar o governo a respeito de inúmeros problemas que lhes cercavam, destacando-se a implementação de políticas públicas afirmativas para garantir o acesso de estudantes negros e egressos de escolas públicas ao ensino superior. No entanto, somente em 2012 a política de ação afirmativa foi institucionalizada no Brasil, com a promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, visando reduzir as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros. Em 2023, a lei passou por uma revisão significativa, incluindo quilombolas entre os grupos beneficiados e alterando os critérios de renda para até um salário-mínimo per capita, ampliando o alcance da política (REIS, 2025).

Na representação do racismo, os participantes evocaram sentimentos de vergonha, sofrimento e evasão, evidenciando a disparidade entre a existência de políticas que garantem o acesso da população negra ao ensino superior e a falta de ações efetivas para assegurar sua permanência nesse ambiente. Situações de racismo, ao gerar vergonha e sofrimento, podem acompanhar o estudante ao longo de toda a trajetória acadêmica, aumentando o risco de evasão e comprometendo seu bem-estar psicológico. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias institucionais que promovam não apenas o ingresso, mas também a permanência e o pertencimento de estudantes negros no contexto universitário.



Além disso, estudos apontam que a evasão no ensino superior apresenta um padrão diferenciado, com maior incidência entre estudantes do sexo biológico masculino, especialmente aqueles que enfrentam responsabilidades familiares e condições socioeconômicas adversas. Esses fatores, aliados a desafios acadêmicos e à falta de suporte adequado, evidenciam a necessidade de políticas educacionais mais direcionadas e eficazes, que considerem as especificidades de cada grupo para promover a permanência e o sucesso dos estudantes na universidade (NIEROTKA; SALATA; MARTINS, 2023).

A segunda e última periferia, localizada no quadrante inferior direito, contém elementos mais instáveis e menos resistentes às mudanças, refletindo variações nas percepções dos estudantes sobre o racismo. Nesse contexto, foi evocado o termo 'luta', indicando que, embora não seja um conceito central, representa uma estratégia significativa de enfrentamento. Essa percepção evidencia que os estudantes reconhecem a necessidade de resistência às ações racistas, preconceituosas, discriminatórias e assediadoras. Assim, o termo demonstra que, além de vivenciar os impactos do racismo, os estudantes buscam ativamente formas de se posicionar e reagir diante dessas situações.

No Brasil, a política de cotas no ensino superior foi instituída com a reserva de 50% das vagas em instituições federais para estudantes oriundos de escolas públicas, incluindo critérios étnico-raciais e de

renda. Reforçando o caráter reparatório e inclusivo da política, com vistas à promoção da diversidade e da equidade no acesso ao ensino superior (BRASIL, 2023). Em perspectiva comparativa, a França implementou, a partir de 2018, uma política de ação afirmativa voltada exclusivamente a critérios socioeconômicos por meio do sistema centralizado de admissão Parcoursup. Essa medida exige que cada programa de ensino superior reserve uma proporção mínima de vagas para candidatos bolsistas, definida pela fórmula "percentual de candidatos bolsistas + 2 pontos percentuais", com um limite inferior de 5%. Diferentemente do modelo brasileiro, a política francesa não incorpora variáveis étnico-raciais e depende de solicitação ativa para a obtenção da bolsa, caracterizando-se como uma ação afirmativa neutra em termos raciais (REMIGEREAU; SCHÄPER, 2024).

Apesar das diferenças de concepção e enfoque, ambas as experiências enfrentam desafios significativos relacionados ao acesso efetivo ao ensino superior por parte de grupos historicamente excluídos. Barreiras estruturais como desigualdades regionais, informacionais e de capital cultural continuam a limitar o impacto das políticas, ao passo que dificuldades operacionais, como a subutilização de benefícios por desconhecimento ou burocracia, comprometem sua eficácia. A comparação entre os modelos brasileiro e francês revela caminhos distintos de enfrentamento das desigualdades, mas evidencia também que a promoção da justiça social no ensino superior exige não apenas mecanismos de reserva de vagas, mas uma atuação articulada e contínua sobre os múltiplos fatores que condicionam o acesso, a permanência e o êxito acadêmico.



## CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo identificar a representação social de universitários(as) negros(as) sobre racismo no ensino superior. Por meio dos resultados, identificou-se que dos 52 participantes, 41 eram estudantes de graduação e 11 de pós-graduação. A maioria declarou-se do sexo feminino e era oriunda da cidade de Rio Grande, enquanto os demais eram provenientes de outros municípios. Grande parte não possuía renda e não recebia bolsa de pesquisa, extensão, monitoria ou demais modalidades de auxílio. Apenas uma parcela menor referiu contar com apoio institucional, como alimentação, transporte ou moradia.

Frente ao citado, originou um corpus das evocações realizadas por participantes autodeclarados(as) negros(as) diante do termo indutor "racismo no ensino superior" resultou em 253 palavras, das quais 75 eram distintas. O estudo permitiu identificar a representação social que universitários (as) negros (as) têm sobre o racismo, revelando como ele se manifesta no ambiente acadêmico, os sentimentos que desperta, suas consequências, o caráter transgressor que carrega e a urgência de enfrentá-lo. Termos como

preconceito, inaceitável, discriminação, desigualdade e medo compuseram o núcleo central das representações. Além disso, palavras como medo e evasão se destacaram nos demais quadrantes, confirmando que a trajetória acadêmica desses estudantes ainda é atravessada pelo racismo.

Os resultados indicam que apesar da existência de ações afirmativas voltadas a garantir o acesso ao ensino superior para grupos sociais historicamente subalternizados em razão da discriminação, das desigualdades, do racismo e da necessidade de reparação histórica, ainda persistem obstáculos significativos à permanência desses estudantes nas instituições de ensino.

Em acréscimo, no campo das limitações, durante a coleta de dados, identificou-se dificuldade de adesão e participação dos estudantes, em razão de se tratar de um tema sensível, suscetível a evocar lembranças e sentimentos diversos. Ainda assim, o estudo possibilitou revelar aspectos da realidade vivenciada e, muitas vezes, silenciada, pelos(as) estudantes negros(as).

Dessa forma, ao considerar que o preconceito e a discriminação persistem no ensino superior e podem comprometer a permanência estudantil, o estudo alcançou seu objetivo ao evidenciar a representação social de universitários(as) negros(as) sobre o racismo nesse contexto. Para avançar na compreensão do tema, recomenda-se a realização de pesquisas em diferentes cursos, instituições e regiões do país, bem como estudos que investiguem o impacto de políticas institucionais, práticas pedagógicas e experiências de acolhimento na trajetória acadêmica e no bem-estar desses(as) estudantes. Tais investigações podem contribuir para identificar estratégias que favoreçam um ambiente universitário mais equitativo e inclusivo, além de estimular uma reflexão crítica e contínua no meio acadêmico, orientando a adoção de práticas e políticas eficazes de enfrentamento ao racismo estrutural.



Conclui-se, portanto, que esta pesquisa atingiu seu objetivo inicial ao trazer relevantes contribuições científicas e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e institucionais. Os resultados evidenciam que o racismo no ensino superior constitui um obstáculo à permanência e ao bem-estar de estudantes negros(as), exigindo das universidades maior compromisso na criação de estratégias de combate. Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento de ações institucionais voltadas à promoção da inclusão, tais como programas de apoio à permanência, acompanhamento psicossocial, incentivo à representatividade e capacitação de docentes e gestores para o enfrentamento das práticas discriminatórias. Tais iniciativas são essenciais para a construção de uma universidade mais justa, inclusiva e antirracista.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J. “Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations”. **Papers on Social Representations**, vol. 2, n. 2, 1993.

ÁVILA, R. *et al*. "Trajetória acadêmico-profissional de enfermeiras negras de um hospital de ensino". **Revista de Enfermagem da UFPI**, vol. 13, 2024.

BRASIL. "Assédio Moral e Sexual". **Controladoria-Geral da União** [2023]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 02/03/2025.

CAMPOS, L. "Racismo no Brasil: De hipótese a premissa, sem passar por objeto". **Revista Tempo Social**, vol. 36, n. 2, 2024

CAROLINO, A.; FERREIRA, C.; TEODÓSIO, A. "Políticas afirmativas: acesso ao ensino superior por estudantes negros no Brasil". **Revista Ciências Administrativas**, vol. 29, 2023.

CASTILLO, W. *et al.* **Unveiling Racism**: A Systematic Review of Survey Measures of Racism in Education. Providence: Brown University, 2025.

EZEMENAKA, C.; BURTON, W.; NEWMAN, S. "Exploring gendered racism and the mental health of rural Black women". **Frontiers Public Health**, vol. 13, 2025.

GAO, S. "Language Ideologies of Racial Microaggression and Institutional Whiteness: Experiences of Chinese International Students in UK Higher Education". **Journal of Sociolinguistics**, vol. 29, n. 2, 2025.

JOHNSON, R. *et al*. **Under siege**: Campus racial climates in Texas amid anti-DEI legislation. Los Angeles: University of Southern California, 2024.



LOPES, R.; SILVA, G. "Microagressões raciais no ensino superior: percepções e experiências de estudantes das ciências exatas na Universidade Federal de Alfenas". **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduado em Educação Matemática**, vol. 25, n. 4, 2023.

LUU, X.; ABRAHAM, V. "Racism as a Social Determinant of Mental Health in Higher Education: Sector-Level Perspectives From South Africa and Australia". **International Journal of Public Health**, vol. 69, 2024.

MAHONEY, C. *et al.* "'We've Always Been Kind of Kicked to the Curb': A Mixed-Methods Assessment of Discrimination Experiences among College Students". **International Journal of Environmental Research and Public Health**, vol. 19, n. 15, 2022.

MELLO, M.; RIBEIRO, S. "Representatividade, visibilidade e vocalidade: apontamentos sobre branquitude e produção acadêmica em eventos científicos, em tempos de educação remota". **Práxis Educativa**, vol. 17, 2022.

MENEZES, T. S. B.; MACIEL, S. C.; DIAS, C. C. V.; SILVA , J. V. C. "Adaptação transcultural e evidências da validade da escala implicit theories of weight management para uso no Brasil". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 10, n. 30, 2022.

MIDGETTE, A.; MULVEY, K. "White American Students' Recognition of Racial Microaggressions in Higher Education". **Journal of Diversity in Higher Education**, vol. 17, n. 1, 2024.

MOSCOVICI, S. **Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

NACCC - National Assessment of Collegiate Campus Climate. “Research and Assessment”. **USC Race and Equity Center** [2025]. Disponível em: <www.race.usc.edu>. Acesso em: 12/04/2025.

NIEROTKA, R.; SALATA, A.; MARTINS, M. “Fatores associados à evasão no ensino superior: um estudo longitudinal”. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 53, 2023.

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development. **Equity and Inclusion in Education**: Finding Strength through Diversity. Genebra: OECD, 2023.

PIRES, A.; OLIVEIRA, A.; SOUSA, W. "Experiências universitárias de pessoas negras: desigualdade racial e saúde mental”. **Revista Sociais e Humanas**, vol. 37, 2024.

SABADINI, G.; MARTINS, P. “Career social representations: a study with professionals of different ages”. **Psico-USF**, vol. 27, n. 4, 2022.

TESHOME, S. “Affirmative Action in Higher Education: A Systematic Literature Review”. **Advances in Sciences and Humanities**, vol. 10, n. 3, 2024.

VENKATARAMAN, S. *et al*. “Racial and Ethnic Discrimination and Medical Students’ Identity Formation”. **JAMA Network Open**, vol. 7, n. 10, 2024.

VIEIRA, G.; VIEIRA, V. “As Representações sociais de estrutura de estudantes de um curso de bacharelado de uma IES sobre a avaliação da aprendizagem: os dados revelados a partir da técnica de associação libre de palavras – TALP”. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, vol. 27, 2025.

WILSON, B. *et al*. “Tired of being tired: Black college students' experiences of racial battle fatigue from highly publicized anti-Black violence”. **American Journal of Orthopsychiatry**, vol. 34, 2025.




# BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 23 | Nº 68 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca



**Editor chefe**:

Elói Martins Senhoras

**Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

**Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima